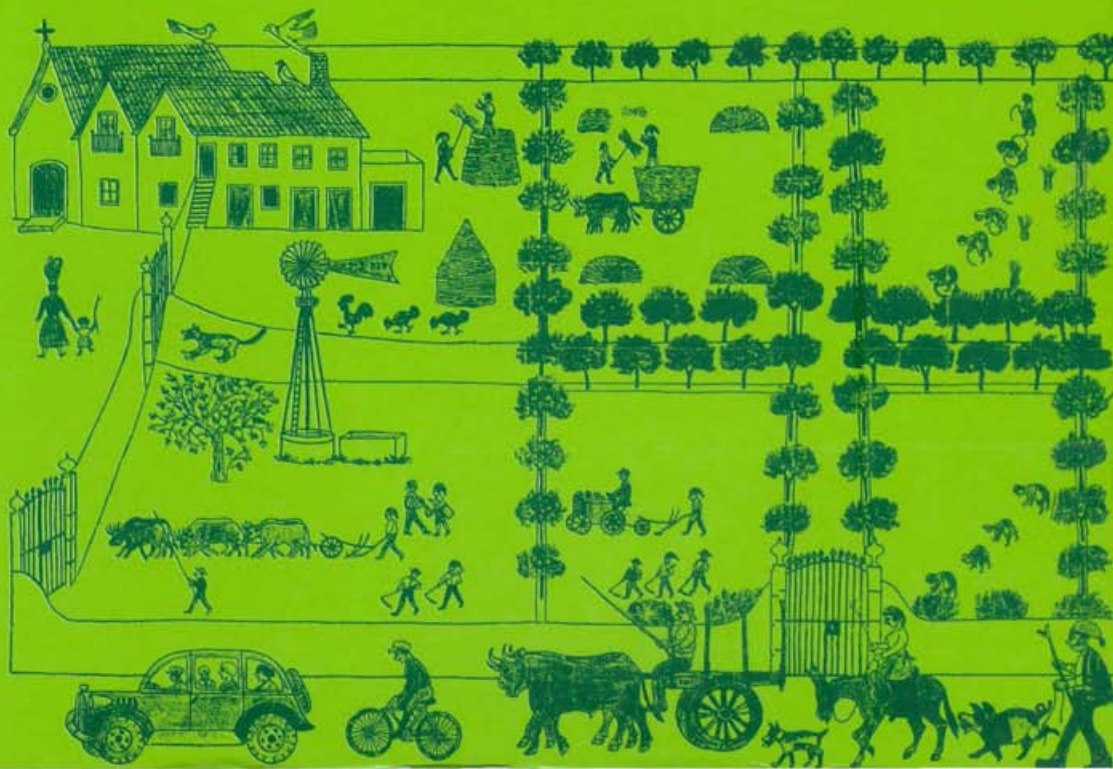


VI

ENCONTRO DE HISTÓRIA LOCAL DO CONCELHO DE OEIRAS

HISTÓRIA, ESPAÇO E PATRIMÓNIO RURAL



Ficha Técnica

Edição

Câmara Municipal de Oeiras

Novembro de 2005

Coordenação Científica

Joaquim Boiça

Coordenação Editorial

DASC/DCT – Sector de Acção Cultural

Alexandra Fernandes

Autores

Vítor Barros | Rui Mateus | Paula Camacho/Rui Pedro Julião | João Luís Cardoso/Guilherme Cardoso

Jaime Casimiro | Ana Cláudia Silveira | Rodrigo Dias | Maria da Conceição Cyrne de Castro

Jorge Miranda | Luís Alves da Silva | Rogério de Oliveira Gonçalves | Ana Teixeira Gaspar | Luís Filipe André

| Joaquim Coutinho | Jorge Augusto Miranda | Sara Cristina Silva | Filomena Serrão | José Meco

João Pedro Cabral/Guilherme Cardoso

Concepção Gráfica e Paginação

Artlandia (www.artlandia.pt)

Execução Gráfica

Estrelas de Papel, Lda. / Rainho & Neves, Lda.

Depósito Legal

234639/05

Tiragem

1000 Exemplares

ISBN – 989-608-020-8

A Ocupação Agrária do Concelho de Oeiras na Época Romana

Guilherme Cardoso*

João Luís Cardoso**

1. Condicionantes naturais

O concelho de Oeiras é constituído, do ponto de vista geológico, por unidades muito diferenciadas que condicionaram a exploração do solo, pelas aptidões naturais que cada uma delas oferecia à prática da agricultura. Esta realidade condicionou, desde logo, a implantação de estabelecimentos rurais, fossem *villae*, vici ou simples casais. Outras duas condicionantes a ter em consideração na abordagem da distribuição demográfica da população, no Período Romano, na área actualmente ocupada pelo concelho de Oeiras, são o traçado da rede hidrográfica – e, por consequência, a existência da água, para consumo doméstico e para a agricultura – e o relevo, compartimentado pela referida rede hidrográfica, o qual mostra estreita relação com a idade e a litologia dos correspondentes afloramentos geológicos.

Foram, pois, condicionantes naturais – designadamente os recursos agrícolas potencialmente obtidos, em função da aptidão dos solos – a par de determinadas prescrições estabelecidas, as quais foram mais ou menos seguidas, que determinaram a preferência dada à ocupação de certas áreas, em detrimento de outras. Importa, por outro lado, não esquecer a presença, a sul, do estuário do Tejo, constituindo vasta frente ribeirinha, que abarca todo o comprimento do concelho, de recursos fáceis de recolher e quase inesgotáveis, favoráveis à instalação de actividades industriais baseadas no pescado e à afirmação do comércio marítimo transregional especialmente com o mundo mediterrâneo.

Em trabalho anterior (CARDOSO, 2000), estudaram-se as relações entre a distribuição geográfica das estações romanas conhecidas no concelho de Oeiras e a natureza geológica dos terrenos nos quais se encontram implantadas. Assim, verifica-se o seguinte (Fig. 1):

1. os terrenos miocénicos, que se desenvolvem junto ao litoral, em retalhos isolados pela erosão e de fraco interesse agrícola. Este facto, somado à exposição do ar marítimo, desaconselhado por Columela por ser pouco saudável (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1995), explicam a ausência de vestígios em tais domínios;

2. quanto aos terrenos basálticos, apresentam-se de alta aptidão cerealífera e, nos locais irrigados, muito propícios à existência de hortas; mas as culturas tradicionais da vinha e da oliveira encontram nos terrenos calcários e margas, os locais de cultivo tradicionais;

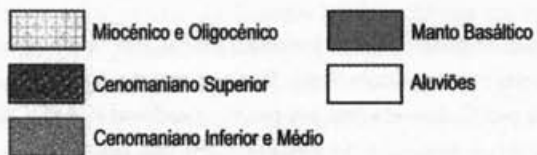
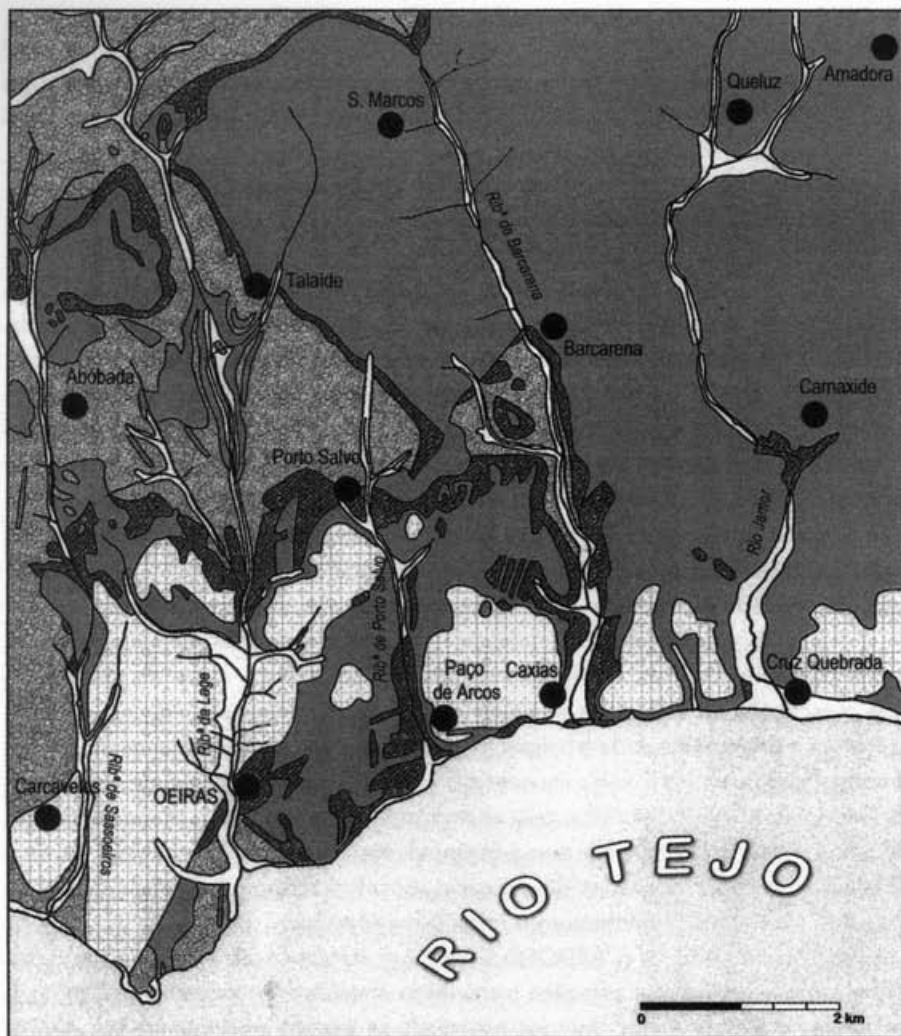


Fig. 1 Carta geológica da região de Oeiras e áreas circundantes. Seg. P. Choffat, simplificado.

3. os calcários e margas do Cenomaniano (Cretácico), desenvolvendo-se ao longo das principais linhas de água da região, formando vales de paisagens variadas, sendo particularmente propícios ao policultivo de árvores de fruto, de hortas (incluindo as veigas aluvionares modernas), da vinha e da oliveira. Com efeito, na região ocidental do *ager* olisiponense, tanto a produção de azeite como a de vinho se encontra documentada pela presença de mós e lagares (Freiria), importando, neste particular, registar a presença do embasamento de um celeiro, em Freiria, que ocuparia posição central na referida *villa*.

A preferência dada à ocupação rural dos interflúvios e das encostas margo-calcárias da região oeirense, no decurso do período romano, em estreita articulação com os vales das ribeiras da Lage e de Barcarena – especialmente da primeira é uma evidência que decorre da análise cartográfica, a seguir caracterizada em pormenor (Fig. 2).

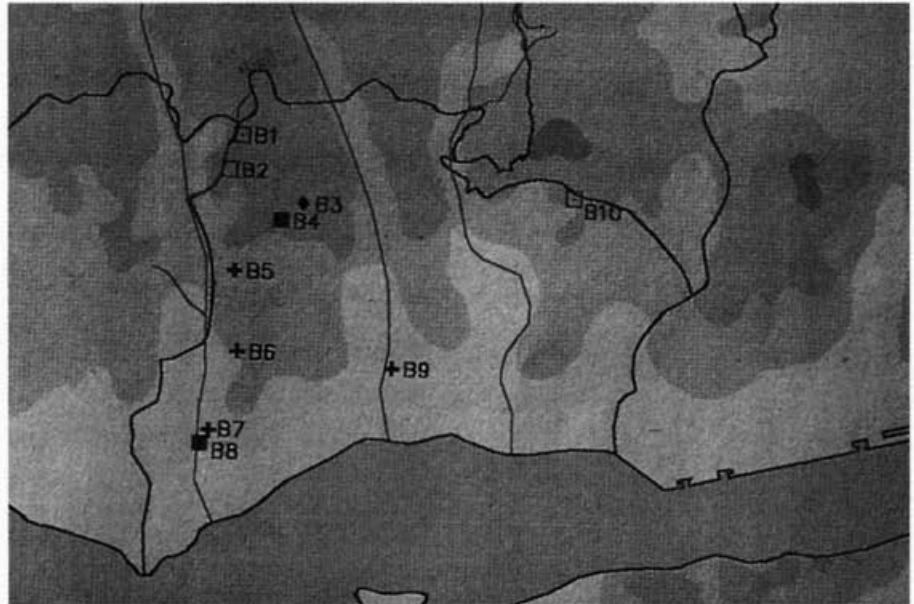


Fig. 2 Principais estações do concelho de Oeiras. Seg. J. L. Cardoso e G. Cardoso, simplificado (entre parêntesis os equivalentes números de inventário da Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. B1 – Cotão Velho (3). Materiais romanos de superfície. B2 – Talaide (12). *Villa* romana. B3 – Galegas (22). Fossa com materiais romanos. B4 – Leião (28). *Villa* romana. B5 – Sol Avesso (45). Necrópole. B6 – Alto da Peça 1 (55). Necrópole e lápide funerária. B7 – Junção do Bem (59). Necrópole e lápides funerárias. B8 – *Villa* romana (62). B9 – Laveiras 1 (75). Necrópole e lápides funerárias. B10 – Serra de Carnaxide. Casal agrícola.

2. Antecedentes: o Bronze Final e a Idade do Ferro

No Bronze Final, entre cerca de 1300 e 900 a. C., a vasta área interior do concelho, especialmente os trechos ocupados por terrenos basálticos, de alta fertilidade, foram pontuados de pequenos povoados e casais agrícolas, essencialmente dedicados à cerealicultura e ao pastoreio, de que existem diversas evidências conhecidas (CARDOSO & CARDOSO, 1993; CARDOSO & CARDOSO, 1996; CARDOSO, 1995, 2000). Esta realidade prolongou-se, sem grandes alterações, no decurso de toda a Idade do Ferro. Assim, aos séculos VI/IV a.C., pertencem os dois núcleos agrícolas detectados e escavados sob direcção de um de nós (J.L.C.) em Outorela, enquanto que a fase mais tardia, já dos finais da Idade do Ferro, pertencem os restos recolhidos à superfície na *villa* romana de Leião (CARDOSO, 2004) (Fig. 3), bem como na área urbana de Oeiras, entre os quais avultam fragmentos de ânforas neopúnicas (CARDOSO, 1996) (Fig. 4), testemunhando uma ocupação imediatamente antecedente da presença romana no local. Tal realidade tem, aliás, paralelos próximos em estações já fora da área concelhia, como a *villa* romana de Freiria, Cascais (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2000), e a *villa* de Casal Cabanas, S. Marcos, Sintra (PIMENTA, 1982/1983). Pode, pois, dizer-se que a fundação das *villae* mais importantes da região foi antecedida, no final da Idade do Ferro, por assentamentos rurais, mantendo embora estreitas relações comerciais com o mundo mediterrâneo: é o que se conclui pela presença de cerâmicas campanienses, em Casal Cabanas (Sintra) e Freiria, Outeiro de Polima

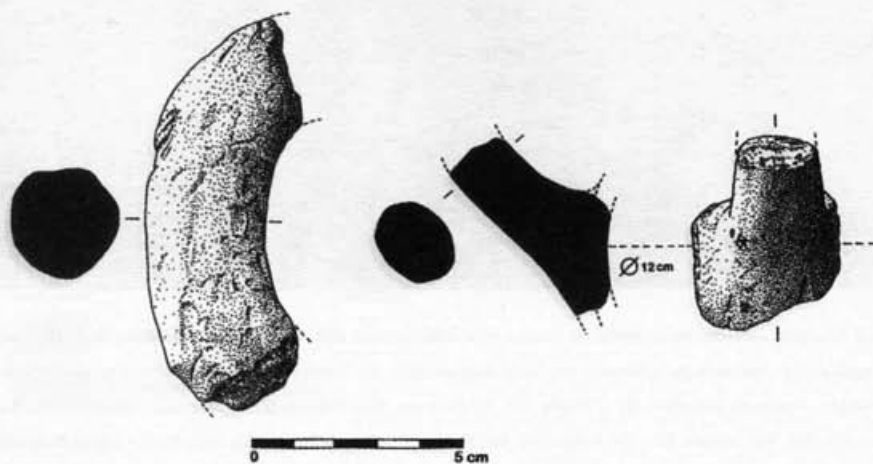


Fig. 3 Materiais do final da Idade do Ferro de Leião. Seg. J. L. Cardoso.

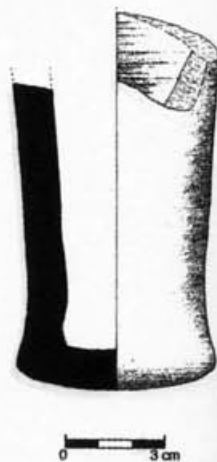


Fig. 4 Bico de ânfora Mañá C 2, de Oeiras.
Seg. J. L. Cardoso.

(Cascais) e de ânforas neopúnicas, de forma mais generalizada, cuja origem se pode situar nas olarias da região do Estreito, ou em Cartago (CARDOSO, 1996). Pode, deste modo, concluir-se que a romanização do território oeirense se terá iniciado nos séculos II/I a.C., com a aculturação, pelos Romanos de origem itálica, da população indígena.

3. O cadastro romano e a rede viária

A ocupação romana no concelho de Oeiras tem de ser entendida num âmbito mais alargado, correspondente à região sudoeste do *Ager* olisiponense.

Com base na análise da Carta Militar de Portugal à escala de 1/25.000, em edições anteriores à década de 1960 – década em que se iniciou a explosão demográfica na região, que apagou irremediavelmente, por completo ou quase, os vestígios cadastrais mais antigos – procurou-se identificar os traçados fósseis que ainda subsistiam. Esta análise (CARDOSO, 2002), recorreu ainda a fotografias aéreas verticais de 1944, da aviação inglesa e de 1958, da força aérea dos Estados Unidos da América; com efeito, a densidade da ocupação romana no referido território, consubstanciada por mais de uma dezena de *villae* e por um número indeterminado de casais agrícolas, pressupunha a existência de uma malha viária que assegurasse as comunicações, não só entre si, mas também com o litoral e, sobretudo, com a grande urbe olisiponense. Sendo certo que as *villae* se localizavam ligeiramente afastadas das vias e que estas se desenvolviam ao longo dos limites das propriedades, procurou-se, em trabalho anterior e no território actualmente correspondente ao concelho de Cascais, definir alinhamentos indicados pela distribuição do sítios romanos até ao presente identificados (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1999). Deste modo, foi possível definir duas séries de lineações ortogonais, orientadas respectivamente na direcção NW-SE e NE-SW, correspondentes a malha quadrangular, com 1.420 m de lado, extensiva a todo o sector sul-ocidental do *Ager* olisiponense (Fig. 5).

A referida quadrícula, quando sobreposta a mapas com indicação das principais estações romanas dos concelhos de Cascais e Oeiras anteriormente cartografadas (CARDOSO, 1991; CARDOSO & CARDOSO, 1993), revela assinalável concordância, reforçando-se, deste modo, a validade dos resultados obtidos.

As dificuldades de identificação decorrentes de profundas transformações do terreno, já atrás referidas, são aumentadas ainda pela própria natureza das vias: trata-se de caminhos vicinais de terra batida, que nalguns pontos aproveitavam afloramentos rochosos, que teriam cerca de 2,5 m de largura; apenas nas zonas

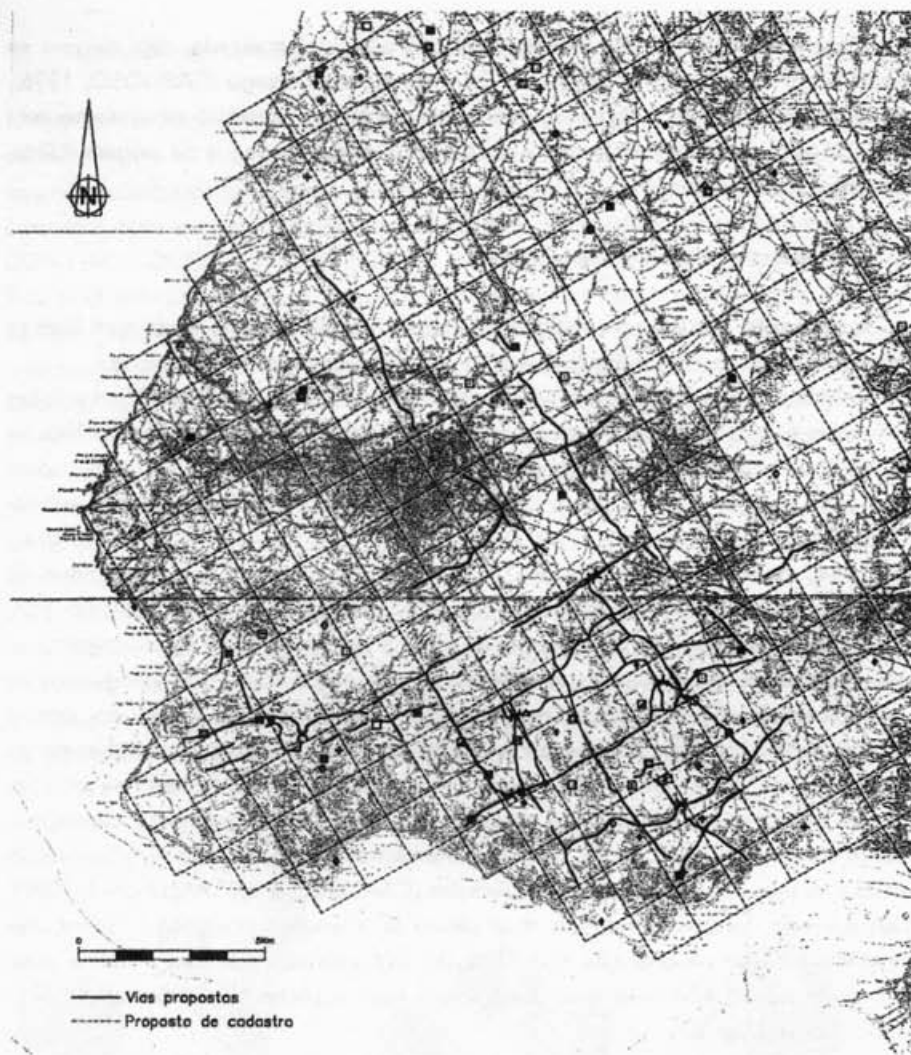


Fig. 5 Proposta de cadastro e rede viária romana da área ocidental do ager olisiponense. Seg. G. Cardoso.

de maiores declives ou de utilização mais intensa, como é o caso de dois troços que ladeavam o grande celeiro da villa de Freiria, já no concelho de Cascais, o piso seria empedrado, formando calçada. Acresce que tais caminhos sofreram, nalguns casos, da Idade Moderna até à actualidade, profundas transformações, que impede o conhecimento exacto das suas características em épocas mais antigas.



Fig. 6 Talhamares da ponte da ribeira da Lage.

Foto G. Cardoso.



Fig. 7 Lajões constituintes do tabuleiro da ponte da ribeira da Lage.

Foto G. Cardoso.

O mesmo se passa com as características do atravessamento das três linhas de água mais importantes que, de Norte para Sul, sulcam o concelho. As diversas pontes são recentes ou apresentam aspectos de cronologia mal definida, com recurso a grandes lajões, colocados horizontalmente; é o caso, em particular, da ponte da Lage, devido à presença de talha-mares de alvenaria consolidada com argamassa de cal e areia, que ascendem a 2,5 m de largura máxima (Fig. 6), enquanto o tabuleiro, constituído por três ordens de lajões alongados de calcário (Fig. 7) possui apenas 1,9 m, o que faz supor ter existido um outro tabuleiro, mais antigo, entretanto substituído. De referir que esta ponte foi intensamente utilizada nos tempos modernos para permitir a passagem de carros de bois que transportavam grandes blocos de calcário róseo de S. Domingos de Rana até à praia de Paço de Arcos, onde eram embarcados para Lisboa. Exceptuando esta ponte, o atravessamento nos restantes locais era efectuado a vau, eventualmente com recurso a pedras (poldras) dispostas alinhadamente, apesar de os caudais de Outono e Inverno serem muito assinaláveis, tanto na ribeira da Lage como na de Barcarena e no rio Jamor.

A imposição de uma malha cadastral de centurição correspondia a prática usual dos Romanos, que, aquando da ocupação rural de um dado território, dividiam-no em parcelas iguais, de modo a maximizar a exploração dos campos agrícolas. Assim, as vias percorriam o espaço entre propriedades, ao mesmo tempo ligando e dividindo os diversos terrenos agricultados.



Fig. 8 Proposta de rede viária para o concelho de Oeiras. Seg. G. Cardoso.



Fig. 9 Pormenor da área actualmente agricultada da villa romana de Leião. Note-se a abundância de materiais romanos à superfície.

Foto G. Cardoso.



Fig. 10 Pesos de tear da villa romana de Leião.

Foto G. Cardoso.

A identificação viária tem, deste modo, importância acrescida na determinação do *fundus* de cada uma das *villae* que, no caso em apreço, equivaleriam a cerca de 800 geiras. Tais propriedades teriam capacidade para proporcionar terras para cultivo de cereais, leguminosas, vinhas, oliveiras, árvores de fruto, pastagens e lenhas.

As estações romanas do actual concelho de Oeiras, tanto *villae* como simples casais ou necrópoles, distribuíam-se, pois, segundo rede viária de eixos perpendiculares, correspondentes à malha de um provável cadastro ou de diferentes cadastros, caso tenha existido mais de uma centurição, neste sector ocidental do *municipium* olisiponense cuja caracterização se apresenta seguidamente.

4. *Villae* e casais agrícolas

A distribuição das *villae* e casais agrícolas parece respeitar o traçado viário antes proposto; assim, no concernente à região de Oeiras, tendo presente a Fig. 8, podem referir-se os seguintes estabelecimentos:

1 — na via Bc, situavam-se as *villae* romanas de Talaíde e de Leião.

A *villa* de Talaíde (Fig. 2, B2), desenvolvia-se por terrenos hoje pertencentes aos concelhos de Oeiras e de Cascais, separados pela ribeira de Talaíde. Os achados de superfície dali oriundos integram cerâmicas de construção, cerâmicas comuns, incluindo pesos de tear, fragmentos de *terra sigillata* e argamassas (*opus signinum*). O sítio pode datar-se dos séculos I ao VI d.C. sendo, por isso, largamente sincrónico da necrópole tardo-romana e alto-medieval que lhe ficava próxima, do lado de Cascais (CARDOSO & CARDOSO, 1993, 1995; CARDOSO, CARDOSO & GUERRA, 1995).

A *villa* de Leião encontra-se ainda por escavar (Fig. 2, B4; Fig. 9); a sua exploração arqueológica integra-se em Projecto de Investigação dirigido por um de nós (J. L. C.) e superiormente aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia. À pretendida intervenção tem-se oposto tanto o proprietário como o rendeiro. Os materiais recolhidos (CARDOSO & CARDOSO, 1993; CARDOSO, 2000) correspondem a materiais de construção, estuques pintados, placas de mármore de revestimento, fragmentos de cerâmica comum, incluindo pesos de tear (Fig. 10), ânforas e fragmentos de *terra sigillata*, admitindo-se que a sua ocupação tenha decorrido entre os séculos I e IV d. C.

A existência, em ambos os locais, da actividade de tecelagem, sugere tanto o aproveitamento secundário, para a extracção da lã, de ovelhas, como a eventual

produção de fibras vegetais (linho) e a tinturaria, embora esta só esporadicamente tenha sido registada em estações litorais como as de Casais Velhos e Bom Sucesso (Cascais), com reservas por parte de alguns, e, mais recentemente, na *villa* do Cerro da Vila, Loulé (comunicação de Felix Teichner ao II Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves, Outubro de 2003).

2 – na via D, que corresponderia a antigo caminho de Oeiras para Sintra (CARDOSO, 2002), teria início na *villa* de Oeiras, junto ao litoral, e passaria pela *villa* do Casal do Clérigo, já no concelho de Cascais.

A *villa* romana de Oeiras (Fig. 2, B8) é bem conhecida da investigação arqueológica devido à existência de um mosaico policromo geométrico e figurativo ocasionalmente descoberto em 1903, na cave de uma casa setecentista, situada no centro histórico de Oeiras, na rua das Alcássimas (Fig. 11). É vasta, com efeito, a bibliografia sobre esta descoberta. Estudo recente (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996), permitiu a reconstituição integral da peça, a qual seria constituída por três tapetes, com destaque para o central, que possui um medalhão dividido em quadrantes, cada um deles ocupado por pombas, em diversas posições, debicando flores avermelhadas, nas extremidades de ramos nus serpenteantes (Fig. 12). Não são frequentes, na Península Ibérica, os mosaicos representando pombas os quais, tal como os reconhecidos fora dela, se inscrevem predominantemente nos séculos II/III d. C. É essa a cronologia que pode atribuir-se ao presente mosaico, o qual com o comprimento original de 7,11 m (vinte e quatro pés romanos) por 4,74 m (dezasseis pés romanos), deveria forrar o chão do *triclinium* da *pars urbana* da *villa*, a qual se estenderia pela encosta, voltada a poente, dominando o fértil vale da ribeira da Lage, para montante, e a sua confluência com o Tejo, para jusante. No Museu Nacional de Arqueologia guardam-se diversos elementos recolhidos aquando da descoberta do mosaico, já estudados, entre os quais um peso de tear (ao qual são aplicáveis idênticos considerandos aos supra apresentados sobre os recolhidos nas *villae* de Leião e de Talaide); um opérculo de ânfora, compatível com a forma Almagro 51 a, b ou c, atribuível ao século III d. C. e uma asa de ânfora da forma Haltern 70, de produção bética, de finais do século I a.C. a meados do século I d.C. A cronologia da ocupação no local pode ainda ser ligeiramente recuada, tendo presente a já assinalada presença de ânforas neopúnicas (CARDOSO, 1996). Recentes trabalhos de escavação, dirigidos por um de nós (J.L.C.), aproveitando o levantamento do mosaico, para consolidação e restauro, permitiu a identificação de estruturas mais antigas, subjacentes, de cronologia ainda indefinida, e materiais romanos atribuíveis ao século I d.C. De uma forma geral, pode inscrever-se a presença romana no local entre os séculos I e IV d.C.



Fig. 11 Pormenor do mosaico romano de Oeiras, conservado *in loco*.

Foto J. L. Cardoso.



Fig. 12 Pormenor do medalhão central do mosaico romano de Oeiras, conservado *in loco*.

Foto J. L. Cardoso.



Fig. 13 Inscrição do aquilifer Flávio Quadrado, encontrada em Laveiras.

Seg. J. L. Cardoso e G. Cardoso.

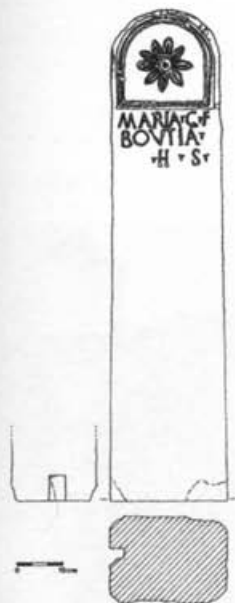


Fig. 14 Estela de Mária Búcia, encontrada no Alto da Peça/Peça Vinagre.

Seg. J. L. Cardoso.

A *villa* de Oeiras, perto do litoral, tem equivalente, no achado em Laveiras, na margem direita da ribeira de Barcarena e perto da sua confluência com o estuário do Tejo, do notável monumento funerário do *aquilifer* da II Legião, Flávio Quadrado (Fig. 2, B9; Fig. 13), cidadão olisiponense inscrito na tribo Galéria, datará, segundo Patrick Le Roux, de um período que vai desde o reinado de Augusto ao imperialato de Calígula (ENCARNAÇÃO, 2001/2002).

Esta inscrição, a par de outras, do concelho de Oeiras, do século I d.C., como a da sepultura de Mária Búcia, estela de calcário lioz de influências itálicas evidentes (Fig. 2, B6; Fig. 14), recolhida no Alto da Peça, em Cacilhas (CARDOSO & CARDOSO, 1993; CARDOSO, 1995, CARDOSO, 2000; ENCARNAÇÃO, 1998), bem como de um cipo funerário de Laveiras, recolhido por Félix Alves Pereira cuja paleografia aponta também para o século I d.C. (ENCARNAÇÃO, 1998), indica a presença precoce de cidadãos de origem local, de ascendência indígena mas já então completamente aculturados aos usos e costumes romanos.

É provável que, tanto a *villa* de Oeiras, como a que existiria em Laveiras, a crer nos dois documentos epigráficos dali conhecidos, se encontrassem estreitamente relacionadas com o Tejo, a exploração dos seus recursos (existência de fábricas de conservas de pescado, como as encontradas na área urbana de Cascais e de Lisboa, na Casa dos Bicos e na rua dos Douradores), ou a actividade comercial, relacionada com a exportação destas produções ou de outras (cantarias, cerâmicas e cal).

Outras ocorrências do Período Romano

Menos importantes, são as ocorrências de materiais romanos em solos do Complexo Vulcânico de Lisboa, pelas razões atrás referidas. São o caso das seguintes:

- Cotão Velho (Fig. 2, B1): achados de superfície, com cerâmicas de construção e ânfora variante da forma Almagro 51c, atribuível aos séculos III/IV d. C. (CARDOSO & CARDOSO, 1993);
- Alto das Cabeças: um fragmento de peso de tear e outro de *terra sigillata* encontrados isoladamente;
- estrada Leião-Leceia: um fragmento de *terra sigillata* e outro de ânfora;
- Galegas (Fig. 2, B3): fossa com materiais de diversas épocas, entre os quais fragmento de *terra sigillata* do século II d. C.;
- serra de Carnaxide (Fig. 2, B10; Fig. 15): pequeno casal agrícola situado na encosta Sul, numa área de cerca de 1.000 m², onde se recolheram (A. Gonzalez e V. Cordeiro de Sousa) fragmentos de cerâmicas de construção e de ânforas, um peso de tear, fragmentos de *terra sigillata* africana e cerâmica focense, cuja cronologia

remonta globalmente ao período tardo-romano (CARDOSO, 2002). É provável que, no curso médio do rio Jamor, apesar das prospecções sem resultados positivos efectuadas pelos autores, existisse uma *villa* conectada com esta granja ou casal, de época tardia, cuja escavação, sob direcção de um dos signatários (J. L. C.), já autorizada pelo Instituto Português de Arqueologia, se espera efectuar brevemente.

Aliás, o povoamento tardo-romano encontra-se documentado, no actual aro oirense, por diversos testemunhos, mas de carácter funerário que, por essa razão, serão apenas objecto de breves referências. É o caso das sepulturas em forma de caixa, definidas por lages, de Sol Avesso, perto de Porto Salvo (Fig. 2, B5), descobertas acidentalmente em 1964, quando se procedia à abertura de arruamentos, cuja cronologia mais antiga remonta do século III d.C., conforme indica a presença de uma taça de *terra sigillata* clara C (Fig. 16), de origem norte africana, situável entre finais do século III e meados do século IV d.C. (CARDOSO & ANDRÉ, 1997/1998) bem como a tipologia de uma lucerna (Fig. 17), datada do século III d.C. (CARDOSO, 2000). Sepulturas idênticas, mas de cronologia um pouco mais recente, foram identificadas em 1901 na Quinta da Junção do Bem (ou da Costa) (Fig. 2, B7), das quais quatro (Fig. 18) foram exploradas por J. Leite de Vasconcelos (CARDOSO & CARREIRA, 1996).

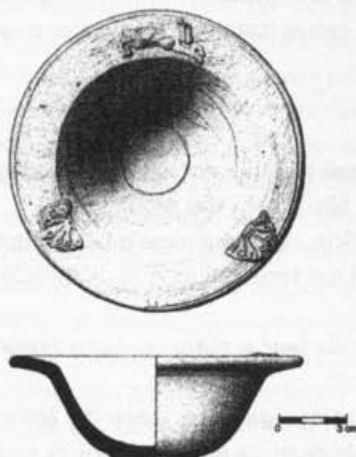


Fig. 16 Taça de *Terra Sigillata Clara* da necrópole de Sol Avesso.

Seg. J. L. Cardoso e M. C. André.

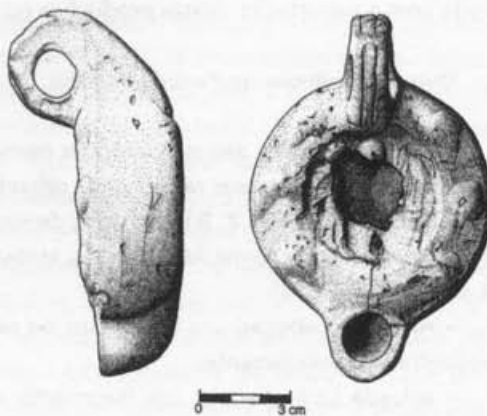


Fig. 17 Lucerna da necrópole de Sol Avesso.

Seg. J. L. Cardoso e M. C. André.



Fig. 15 Trecho da encosta meridional da serra de Carnaxide, onde se implanta o casal agrícola do mesmo nome.

Foto G. Cardoso.



Fig. 18 Vista parcial da necrópole da Quinta da Junção do Bem (ou da Costa), em foto do início do século XX. Note-se, em primeiro plano, duas sepulturas sub-rectangulares de inumação, escavadas nas margas calcárias que constituem o substrato geológico local.

Seg. J. L. Cardoso e J. R. Carreira.

5. A concluir

No Período Romano, o espaço actualmente ocupado pelo concelho de Oeiras, foi precocemente romanizado; os elementos disponíveis indicam a presença de uma população autóctone aculturada, que adoptou completamente os hábitos romanos – até na morte – logo no século I d.C.; a facilidade e rapidez deste fenómeno não é de admirar, dada a já longa convivência anterior dos habitantes da região com povos e culturas mediterrâneas, ao longo de toda a Idade do Ferro, materiais que se encontram sempre presentes nas *villae* mais importantes.

Segundo as constatações até agora obtidas para o vizinho concelho de Cascais, as *villae* ali identificadas pertenceriam a cidadãos com desafogo económico que viveriam perto da cidade, mas independentes dela (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 1995), o que não significa que aquela não dependesse das produções agrícolas da *villae*, como os próprios autores reconhecem. Com efeito, para alimentar os cerca de 30.000 a 40.000 habitantes de *Olisipo*, no tempo de Augusto (ALARCÃO, 1990), seriam precisos múltiplos contributos das áreas circundantes, dependendo a grande cidade do abastecimento em géneros produzidos nas *villae* adjacentes. Assim, se as hortas situadas no aro imediato supriam diariamente a urbe, já os cereais, o vinho e o azeite – afinal os três produtos mais característicos da agricultura mediterrânea – poderiam, em parte, provir de um aro situado entre os 5 e os 20 km de distância, abarcando todo o território oeirense (CARVALHO & ALMEIDA, 1996), de acordo com o modelo de Von Thünen.

Olisipo comportar-se-ia, deste modo, como um verdadeiro pólo de atracção à escala regional, promovendo a exploração agro-pastoril do *ager* olisiponense do qual dependia, em parte a sua própria existência. Deste modo, as *villae* nele existentes, para além de auto-suficientes, constituiriam verdadeiras unidades de produção: o grande celeiro encontrado na *villa* de Freiria (Fig. 18), destinar-se-ia, talvez, a concentrar as produções cerealíferas de uma região maior que a propriedade onde estava instalado, sugerindo, que nalguns casos, para além de unidades produtoras, as *villae* desempenhariam também papel de centros redistribuidores, com a consequente recolha de mais-valias que justificaria o desafogo vivido pelos seus proprietários, particularmente evidente no caso da *pars urbana* da *villa* de Oeiras.

Bibliografia

ALARCÃO, J. de (1990) – A demografia. Portugal – das origens à Romanização (J. de Alarcão, coord.). In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. 1, pp. 395-408.

CARDOSO, G. (1991) – *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, G. (1995) – Estela funerária de Peça Vinagre (Oeiras). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra, 49, p. 222.

CARDOSO, G. (2002) – Acerca das comunicações no sudoeste do Ager *Olisiponensis*. V *Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana* (Cáceres, 2002). Actas. No prelo.

CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34, pp. 33-74.

CARDOSO, J. L. (1996) – O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, pp. 361-365.

CARDOSO, J. L. (2000) – *Sítios, pedras e homens. Trinta anos de Arqueologia em Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 9).

CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 12).

CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1997/1998) – Acerca de uma tigela de Terra *Sigillata Clara* da necrópole de Sol Avesso, Porto Salvo (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, pp. 219-226.

CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – *Carta arqueológica do concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 4).

CARDOSO, G. & CARDOSO, J. L. (1995) – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Estudo preliminar. *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Actas. Barcelona: Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica, IV (Institut d'Estudis Catalans), pp. 407-414.

CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, pp. 351-359.

CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – A necrópole tardo-romana e alto-medieval de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, pp. 407-417.

CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. d' (1995) – A villa romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 2, pp. 51-62.

CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. d' (1999) – Economia agrícola da região de Olisipo. O exemplo do lagar de azeite da villa romana de Freiria. *Économie et territoire en Lusitanie romaine* (J.-G. Gorges & F. G. Rodríguez-Martin, éd.). Collection de la Casa de Velázquez. Madrid. 65, pp. 391-401.

CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. d' (2000) – Notas sobre a ocupação proto-histórica na villa romana de Freiria. *Revista de Gvimarães*. Guimarães. Número especial, 2, pp. 741-757.

CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & GUERRA, M. F. (1996) – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Caracterização e integração cultural. Análises não destrutivas do espólio metálico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, pp. 315-339.

CARVALHO, A. M. F. de & ALMEIDA, F. J. N. S. (1996) – Aspectos económicos da ocupação romana na foz do Tejo. *Primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Actas. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações D. Quixote, Coleção Nova Enciclopédia, 54, pp. 137-155.

ENCARNAÇÃO, J. d' (1998) – Tempo romano e Alta Idade Média no território oeirense. 1.º *Ciclo de Estudos Oeirenses: Oeiras, a Terra e os Homens*. Actas. Oeiras: Celta, pp. 73-79.

ENCARNAÇÃO, J. d' (2001/2002) – Uma interessante inscrição romana de Laveiras (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, pp. 405-413.

GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, pp. 367-406.

PIMENTA, F. C. (1982/1983) – Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra. *Sintria*. Sintra. I-II (1), pp. 117-150.